



# **Prefeitura do Município de Angatuba**

Rua João Lopes Filho, 120, Centro

CEP 18240-000 - Angatuba - SP

Tel: (15)3255 9500

**DECRETO Nº 961/2025**

**28/11/2025**

*"Regulamenta a Lei Municipal nº 875, de 04 de novembro de 2025, que dispõe sobre o uso de equipamentos de segurança na condução de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos (EMIA) no Município de Angatuba, e dá outras providências."*

**NÍCOLAS BASILE ROCHEL**, Prefeito do Município de Angatuba, do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei;

**CONSIDERANDO** a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** a competência dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios para planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, conforme o art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Municipal nº 875, de 04 de novembro de 2025, que estabelece a obrigatoriedade do uso de equipamentos de segurança e impõe regras para a condução de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos (EMIA);

**CONSIDERANDO** a autorização expressa contida no art. 11 da referida Lei Municipal, que determina ao Poder Executivo a sua regulamentação por meio de Decreto no prazo de 60 (sessenta) dias;

**CONSIDERANDO** o crescente número de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos similares em circulação nas vias públicas de Angatuba, o que demanda uma organização para garantir a segurança de condutores e pedestres;

*P*





# **Prefeitura do Município de Angatuba**

*Rua João Lopes Filho, 120, Centro*

*CEP 18240-000 - Angatuba - SP*

*Tel: (15)3255 9500*

**CONSIDERANDO** a necessidade de detalhar as normas de segurança, as regras de circulação e os procedimentos de fiscalização e aplicação de penalidades para dar plena efetividade à Lei Municipal nº 875, de 04 de novembro de 2025;

**CONSIDERANDO**, por fim, a importância de preservar a vida e a integridade física dos cidadãos, reduzindo a ocorrência de acidentes de trânsito no âmbito municipal;

## **DECRETA:**

**Art. 1º.** Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 875/2025, detalhando as regras de circulação, os equipamentos obrigatórios, as infrações, as penalidades e os procedimentos de fiscalização para a condução de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropeidos (EMIA) nas vias públicas do Município de Angatuba.

**Art. 2º.** Para os fins deste Decreto, aplicam-se as definições da Resolução CONTRAN nº 996/2023 ou outra que a substitua.

**Art. 3º.** É obrigatório o uso de capacete de segurança, devidamente afivelado à cabeça, para os condutores de todos os veículos e equipamentos de que trata este Decreto.

**§ 1º.** Para os condutores de ciclomotores, o capacete deverá ser do tipo motociclístico, com viseira ou óculos de proteção, e possuir certificação do INMETRO.

**§ 2º.** Para os condutores de bicicletas elétricas e Equipamentos de Mobilidade Individual Autopropeidos (EMIA), será admitido o uso de capacete modelo ciclista.

**Art. 4º.** Para circular em vias públicas, os veículos e equipamentos de que trata este Decreto deverão estar dotados dos seguintes itens:

I - Para bicicletas elétricas e EMIA:

a) Indicador de velocidade;

b) Campainha;

c) Sinalização noturna, dianteira, traseira e lateral, incorporada ao equipamento ou ao vestuário do condutor.

II - Para ciclomotores:





# Prefeitura do Município de Angatuba

Rua João Lopes Filho, 120, Centro

CEP 18240-000 - Angatuba - SP

Tel: (15)3255 9500

- a) Espelhos retrovisores em ambos os lados;
- b) Farol dianteiro, de cor branca ou amarela;
- c) Lanterna traseira, de cor vermelha;
- d) Velocímetro;
- e) Buzina.

**Art. 5º.** A circulação dos veículos e equipamentos de que trata este Decreto observará as seguintes regras:

I - Ciclomotores: devem circular pela direita da pista de rolamento, preferencialmente no centro da faixa mais à direita ou no bordo direito da pista, sendo proibida sua circulação em ciclovias, ciclofaixas e calçadas.

II - Bicicletas Elétricas e EMIA: devem circular, com prioridade, em ciclovias e ciclofaixas. Na ausência destas, podem circular nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação da via.

**§ 1º.** É proibida a circulação de bicicletas elétricas em calçadas.

**§ 2º.** É permitida a circulação de EMIA em calçadas e áreas de pedestres, desde que a velocidade máxima seja de 6 km/h.

**Art. 6º.** Ficam estabelecidas as seguintes proibições:

I - Conduzir o veículo ou equipamento transportando passageiros, exceto se o equipamento for projetado para esse fim.

II - Realizar manobras perigosas, como empinar o veículo ou conduzi-lo com apenas uma das mãos.

III - Utilizar fones de ouvido conectados a aparelhos sonoros ou telefone celular durante a condução.

IV - Transitar em vias de trânsito rápido ou rodovias sem acostamento ou faixas de rolamento próprias.

**Art. 7º.** Constituem infrações administrativas, passíveis das penalidades previstas no art. 6º da Lei nº 875/2025, as seguintes condutas:

I - Conduzir o veículo ou equipamento sem o uso de capacete de segurança adequado à sua categoria:

- **Penalidade:** Multa de 50 UFM e retenção do veículo/equipamento até a regularização.





# Prefeitura do Município de Angatuba

Rua João Lopes Filho, 120, Centro

CEP 18240-000 - Angatuba - SP

Tel: (15)3255 9500

II - Conduzir ciclomotor ou bicicleta elétrica sendo menor de 16 anos:

- **Penalidade:** Multa de 50 UFM, a ser lançada em nome do responsável legal.

III - Circular em locais proibidos por este Decreto:

- **Penalidade:** Multa de 50 UFM.

IV - Conduzir o veículo ou equipamento sem os itens de segurança obrigatórios:

- **Penalidade:** Multa de 50 UFM e retenção do veículo/equipamento até a regularização.

V - Realizar manobras perigosas ou transportar passageiro de forma irregular:

- **Penalidade:** Multa de 50 UFM.

VI - Desrespeitar as normas gerais de circulação e conduta previstas no CTB, em relação às sinalizações horizontais, verticais e demais disposições aplicáveis à circulação em via pública:

- **Penalidade:** Multa de 50 UFM.

**Art. 8º.** A penalidade de multa em dobro será aplicada quando o infrator cometer a mesma infração no período de 12 (doze) meses, contados da data da primeira autuação.

**Art. 9º.** A medida administrativa de retenção consiste na imobilização do veículo/equipamento no local da abordagem para que a irregularidade seja sanada.

**Art. 10. A apreensão, com remoção ao depósito municipal, será aplicada:**

I - Nos casos de risco iminente à segurança;

II - Quando a irregularidade que motivou a retenção não puder ser sanada no local da fiscalização;

III - Na condução por menor de 16 anos, quando não for possível realizar a entrega imediata do veículo/equipamento aos pais ou responsável legal.

**Parágrafo único.** Todas as ocorrências envolvendo menores de 16 anos na condução dos veículos de que trata este Decreto deverão ser científicas ao Conselho Tutelar.

**Art. 11.** Constatada a infração, será lavrado o Auto de Infração, que conterá a identificação do condutor e do veículo, a descrição da infração, o local, a data, a hora e a penalidade aplicável.

**Parágrafo único.** Se o condutor for menor de idade, o auto será lavrado em nome de seu responsável legal, que deverá ser notificado.





# **Prefeitura do Município de Angatuba**

*Rua João Lopes Filho, 120, Centro*

*CEP 18240-000 - Angatuba - SP*

*Tel: (15)3255 9500*

**Art. 12.** O infrator ou seu responsável legal poderá apresentar defesa escrita, dirigida ao Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da autuação.

**Art. 13.** Da decisão que impõe a penalidade, caberá recurso à Junta Administrativa de Recursos (JAR), no prazo de 30 (trinta) dias. Parágrafo único. A JAR será composta por 3 (três) funcionários públicos, sendo um da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, um da Secretaria Municipal de Administração e um da Secretaria Municipal de Economia, Finanças e Planejamento, indicados pelos respectivos Secretários e nomeados mediante portaria do Prefeito.

**Art. 14.** Os veículos e equipamentos apreendidos serão encaminhados ao depósito municipal.

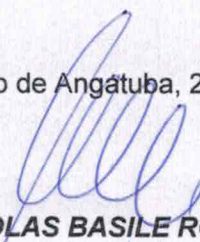
**§ 1º.** A liberação ocorrerá mediante o comparecimento do proprietário ou responsável legal, apresentação de documento de identificação, assinatura do termo de recebimento e mediante o pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estada.

**§ 2º.** A partir do 4º (quarto) dia de permanência no depósito, incidirá uma taxa diária de 5 (cinco) UFM.

**Art.15.** Os veículos não reclamados no prazo de 60 (sessenta) dias poderão ser destinados a leilão público ou a outra finalidade de interesse social, conforme dispõe o art. 9º da Lei Municipal nº 875, de 04 de novembro de 2025.

**Art. 16.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Angatuba, 28 de novembro de 2025.

  
**NICOLAS BASILE ROCHEL**  
**Prefeito Municipal**

**Registre-se. Publique-se.**

**Em 28/11/2025**